

INDISCIPLINA OU VIOLÊNCIA? AS MARCAS NA ESCOLA

*Maria de Fátima Marques*¹

*Carlos Alberto Mororó Silva*²

Resumo: A presente pesquisa baseia-se em dados coletados em três Escolas da Rede Estadual de Ensino de Apucarana e três Escolas da Rede Estadual de Ensino de Araçongas e teve como objetivo apresentar a natureza da violência escolar que permeia o cotidiano das escolas. Adotamos uma concepção restrita de violência, buscando escapar da hiperampliação conceitual. O desejo de limitar a violência escolar aos atos de violência e, principalmente, às categorias bem demarcadas pelo Código Penal não possui o condão de subestimar os demais fatos que se enquadram nas transgressões e incivildades, mas em caracterizar os atos e fatos dentro da categoria que possam, segundo a essência, estabelecer uma representação do que realmente acontece nas Escolas e que se denomina violência escolar. A pesquisa está abalizada numa abordagem qualitativa, mas, mesmo assim, não dispensou a coleta de dados quantitativos nas Escolas, contidos nos registros de ocorrências, que servem de referência para a análise qualitativa. O delineamento temporal para a coleta de dados nos registros de ocorrências das escolas estaduais é de cinco anos, de 2008 a 2012. Nos dados coletados nos registros de ocorrências das escolas, observamos indisciplina generalizada. As condutas prevalentes são as transgressões e as incivildades. Esses comportamentos, repetidos cotidianamente e aliados a um número inferior de condutas delituosas compõe o cenário de violência escolar.

Palavras-chave: Indisciplina escolar. Violência na escola. Escola pública.



¹ Mestre em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Especialista em Políticas Públicas e Direito Penal - UEL. Especialista Em Direito Ambiental - UEM.-Especialista em Administração Escolar, Supervisão e Orientação Escolar - FAFIJAN. Graduação: Direito - UNOPAR. Graduação em Letras- FAFIJAN. E-mail: fatimarques36@yahoo.com.br

² Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Orientador no mestrado Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá - UEM. In memorian

INDISCIPLINE OR VIOLENCE? MARKS AT SCHOOL

Abstract: The present research is based on data collected in three Public Schools in Apucarana and three in Arapongas and aimed to present the nature of school violence that pervades the daily life of schools. We have adopted a narrow conception of violence, seeking to escape the conceptual hyper amplification. The desire to limit school violence to acts of violence and especially to the categories clearly marked by the Criminal Code does not have the power to underestimate the other facts that fall in trespasses and incivilities, but to characterize the acts and facts within the category that can, according to the essence, to establish a representation of what actually happens in Schools and which is called school violence. This research has a qualitative approach, but nevertheless not waived the collection of quantitative data in Schools, contained in occurrences records, which serve as reference for the qualitative analysis. Data collection in the public schools occurrences records is five years, from 2008 to 2012. In the data collected from the records of occurrences of schools, we observed widespread indiscipline. The prevalent behaviors are transgressions and incivilities. These behaviors, daily repeated and combined with a lower number of criminal conduct, form the backdrop of school violence.

Keywords: School indiscipline. Violence at school. Public school.

¿INDISCIPLINA O VIOLENCIA? LAS MARCAS EN LA ESCUELA

Resumen: La presente investigación se basa en los datos recogidos en tres escuelas de la Red Estatal de Enseñanza de Apucarana y tres escuelas de la Red de Educación del Estado de Arapongas, y tuvo como objetivo presentar la naturaleza de la violencia escolar presente en la rutina escolar. Hemos adoptado una concepción específica de violencia, tratando de escapar de un exceso de ampliación conceptual. El deseo de limitar la violencia escolar a los actos de violencia y sobre todo las categorías claramente marcados por el Código Penal no tiene el poder para subestimar los otros hechos que caen en delitos y actos incívicos, pero para caracterizar los actos y hechos en la categoría puede, de acuerdo con la esencia, establecer una representación de lo que realmente sucede en las escuelas y que se denominan como violencia escolar. La investigación tiene un abordaje cualitativo, mismo así, no dejamos de lado la colecta de datos cuantitativos en las Escuelas, como registros de ocurrencias, que sirven de referencia para el análisis cualitativo. El diseño temporal para la recopilación de datos en las escuelas estatales es de cinco años, de 2008 a 2012. En los datos obtenidos de los registros de las ocurrencias de las escuelas, se observó la indisciplina generalizada. Las conductas prevalentes son delitos y actos incívicos. Estos comportamientos, repetidos diariamente y combinados con un número menor de conducta criminal constituyen la tela de fondo de la violencia escolar.

Palabras clave: Indisciplina escolar. Violencia en la escuela. Escuela pública.

Introdução

Com a escolarização obrigatória, a Escola passou a representar o segundo espaço de socialização no processo de desenvolvimento humano, depois da família. Por isso, a necessidade de um olhar sobre as dificuldades que se apresentam e interferem no processo de ensino-aprendizagem. Se dantes uma Instituição de Ensino seguia sua rotina com relativa facilidade para impor suas regras, hoje é assolada por fatores internos e externos que lhe dificultam o papel.

A visão que temos da Escola que se descortina aos olhos dos atores escolares que nela buscam o processo da aprendizagem ou exercem suas atividades laborais já não corresponde às expectativas de acesso ao trabalho e mobilidade social, dado a adventos exógenos a sua magnitude e anseios educativos, e estes se centram na violência crescente que atinge a sociedade contemporânea. É fenômeno complexo, de que os discursos prontos e arraigados não dão conta, e leva a uma reflexão elaborada, pautada em dados que possam sintetizar, ainda que parcialmente, comportamentos e ocorrências que interferem no processo escolar. Buscou-se, através da coleta de dados nos registros escolares, a natureza dos atos sociais registrados pela Instituição de Ensino como ocorrências que interferem na rotina escolar.

A Escola tem como papel a promoção da educação plena, conforme preconiza a Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 205, que inclui a formação intelectual, moral, espiritual, social e ambiental (BRASIL, 2011). Nesse sentido, é fundamental identificar a violência e indisciplina, no contexto escolar, e distingui-los por categorias. Há diversas expressões de violência nas Escolas, e, para entender a natureza dessas condutas, conta-se com o levantamento de dados primários coletados nos registros de ocorrências em três Instituições de Ensino Estadual de Arapongas e em três de Apucarana.

Os objetivos delineados na pesquisa dizem respeito à compreensão do fenômeno e à identificação das categorias de condutas registradas nos livros de ocorrências, dos episódios de indisciplina e de violência vividos pela Escola.

O universo de estudo está constituído apenas por Escolas Públicas Estaduais, com características de ambiência diferenciadas: três Escolas de

Apucarana e três Escolas de Arapongas, sendo uma Escola central, uma Escola de bairro da periferia que atenda, além de sua própria comunidade, a outros bairros e uma Escola periférica que atenda basicamente a própria comunidade. O delineamento temporal para a coleta de dados nos registros de ocorrências das Escolas é de cinco anos, de 2008 a 2012.

As Escolas selecionadas pertencem à jurisdição do Núcleo Regional Estadual (NRE) de Apucarana. A presente pesquisa é uma contribuição à Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Paraná, esclarecendo a situação real dos acontecimentos de indisciplina e violência no cenário educacional no interior do Estado.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de que, no atual panorama da sociedade, a violência e criminalidade perseguem o Estado como um de seus mais graves problemas. Pretende contribuir com subsídios para a prevenção e o enfrentamento do processo de violência das escolas retratando condutas e comportamentos dos alunos registrados pela Instituição de Ensino como ocorrências que interferem negativamente na rotina escolar.

É conveniente observar se as condutas praticadas na ambiência escolar são meros atos indisciplinares ou condutas delituosas, com tipificação legal no Código Penal brasileiro. Como diz Morin (2011, p. 89), “A tolerância vale, com certeza, para as ideias, não para os insultos, as agressões e os atos homicidas”. É importante que esse pensamento oriente o dia a dia escolar.

A formação plena do indivíduo só é possível com medidas eficazes pautadas em políticas públicas preventivas à indisciplina e violência nas Escolas, a fim de que não ocorra a desestabilização da Instituição de Ensino como espaço resguardado à aprendizagem, para a formação do indivíduo consciente dos seus direitos e deveres e, portanto, avesso a resquícios de violência.

Violência Escolar: Que Fenômeno é Esse?

A violência urbana tem-se constituído a partir da década de 1980, em um problema social de grande preocupação. Atualmente, atinge não somente os grandes centros, mas também as cidades de médio e pequeno porte e a zona rural. Não se trata, como preleciona Adorno (2002), de um fenômeno natural,

e sim social, de múltiplas causas. É fenômeno complexo e obstáculo na produção de conhecimento na escola. Passou a mobilizar a atenção dos cientistas sociais, filósofos, psicólogos, pedagogos, juristas e de todos os segmentos sociais que se preocupam com o bem-estar da humanidade.

Embora tenha despertado o interesse científico pelos problemas relacionados ao crescimento dos crimes, não há, ainda, no Brasil, uma tradição de estudos nessa área da vida social, como nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental. Dessa forma, as políticas públicas são orientadas pelo conhecimento acumulado através de culturas organizacionais que agenciam interesses corporativos dos mais diversos que, por vezes, impedem que problemas reais possam ser efetivamente atacados a curto, médio e longo prazo. Um dos maiores desafios à construção de modelos de justiça é fazer com que Políticas Públicas sejam orientadas por dados estatísticos e informações qualitativas extraídas de pesquisas sociais (ADORNO, 2002).

Apesar das constantes discussões sociais e políticas e da presença do fenômeno, que incide na sociedade de forma direta e indireta, Charlot (2002), Abramovay e Rua (2002) e Marra (2007) ressaltam a dificuldade na conceituação de violência, pois a definição vai desde uma concepção restrita ligada a delitos prescritos no Código Penal, como o homicídio e a agressão física, até um conceito mais amplo, que inclui a violência simbólica, capaz de aniquilar e matar não apenas o físico, mas também o psicológico e o emocional, com danos nefastos que repercutem na sadia qualidade de vida do próprio indivíduo autor da delinquência, da vítima ou de terceiros.

Debarbieux (2002) aceita como definição de violência escolar a que é também aceita pela maior parte dos autores que investigam o problema. É definição ampla que inclui atos de delinquência não necessariamente passíveis de punição ou que, de qualquer forma, passam despercebidos pelo sistema jurídico, conceito que, pela amplitude, denota que qualquer ato de transgressão ou incivilidade pode ser caracterizado como violência.

Para Lopes e Gasparin (2003), a violência é todo ato que impede o pleno desenvolvimento dos atores sociais presentes. É a negação de direitos básicos, um ataque à cidadania, pois há violência em toda ação consciente ou voluntária de um indivíduo, grupo ou classe, com o propósito de impedir a

outro indivíduo, grupo ou classe o pleno exercício de um direito. Tal ação pode ser direta ou indireta, velada ou explícita, e comporta sempre a negação do outro.

Em termos institucionais, a ação escolar seria marcada por uma espécie de “reprodução” difusa de efeitos oriundos de outros contextos institucionais (a política, a economia, a família, a mídia, etc.), que se fariam refletir no interior das relações escolares. Nesse sentido, Aquino (1998) aduz que a escola e seus atores constitutivos parecem tornar-se reféns de determinações que em muito os ultrapassa, posto que a gênese da violência e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico, residiriam fora ou para além dos muros escolares. Mister, então, salientar o importante aspecto de procurar apreender o fenômeno dentro do seu contexto, não se atendo somente à forma como se apresenta, mas buscando a real interpretação do que é considerado ou não como um ato de violência para os atores sociais que o vivenciam.

Para Bourdieu (2012, p. 41), “cada família transmite, de fato, a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e interiorizados, que contribui para definir, dentre diversos fatores, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar”. A criança vai para Escola levando consigo não só os hábitos físicos, mas, principalmente, os hábitos mentais familiares. A educação escolar vai reafirmar um *ethos* constituído no núcleo familiar, que, se positivo, é ratificado, mas, se negativo, não encontra na instituição escolar os meios necessários e a instrução capaz de libertar o indivíduo das amarras da ignorância a respeito de seus próprios direitos, valores e dignidade, bem como dos direitos, valores e dignidade do outro.

Para Chesnais (1981 apud ABRAMOVAY; RUA, 2002), é preciso considerar as diversas concepções de violência, as quais devem ser hierarquizadas segundo o seu custo social. A primeira concepção é a violência física, inclusive a violência sexual, que podem acarretar danos nefastos à vida dos indivíduos, prejudicando a autonomia física e, conseqüentemente, exigem a intervenção do Estado, já que tais condutas estão tipificadas no Direito Penal, e a sociedade clama pela resposta estatal.

A segunda concepção é a violência econômica, em que o cidadão sofre prejuízos causados ao patrimônio, à propriedade. Para o autor, essa concepção foge ao sentido estrito de violência, pois não há violação à integridade física da pessoa.

Uma terceira concepção trata da violência moral ou simbólica, que é aquela que tem a ideia de poder de autoridade, com forte conteúdo subjetivo. Para o autor, falar de violência, nesse sentido, é um mau uso da linguagem por parte de determinadas pessoas que vivem em situação privilegiada, que desconhecem o mundo da pobreza e do crime e que, para o termo *violência*, é preciso ater-se ao círculo interno da violência, isto é, ao núcleo bruto.

Além de não admitir que a violência econômica ou moral apresente-se nas estatísticas que alarmam e criam comportamentos fóbicos na população, Chesnais (1981 apud MIYAHARA, 2002) afirma ainda que a violência dos alunos, da forma como veiculada na mídia, contém sérios resquícios de exacerbação.

No entanto, seja a violência física, econômica ou simbólica, fere a dignidade da pessoa humana, como erigido a princípio constitucional esculpido no art. 1, inc. III³, da Constituição Federal de 1988 e deve nortear as condutas dos indivíduos. (BRASIL, 2011).

Fukui (1992) opta pela conceituação de violência explicitada por Jurandir Freire (1984), que se trata do emprego desejado de agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões da agressividade humana, mas não necessariamente manifestações de violência. Na violência, a ação é interpretada como violenta por todos os atores envolvidos e pelos observadores. Assim, nem todo conflito social ou escolar seria violência, pois esta ocorre quando há intenção ou desejo de destruição.

À luz do Direito têm-se as leis que regulam a vida das pessoas em sociedade, o que não foi suficiente para deter as condutas delituosas que lastreiam a sociedade e a família e adentram o espaço escolar, que, nos

3 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana.

dizeres de Charlot (2002), como “refúgio da paz”, já não encontra eco nos dias atuais, já que a violência escolar dissemina-se cada vez mais nas instituições de Ensino. É imperioso destacar que tal violência atinge as Instituições de Ensino e vai redesenhar uma nova Escola, incapaz de cumprir o seu papel, que é oferecer uma formação plena às crianças, adolescentes e jovens, conforme estabelecido no artigo 205⁴ da Constituição Federal de 1988. Andou bem o Legislador Constitucional de 1988, pois a Educação plena que o Estado tem a obrigação de oferecer implica a formação intelectual, moral, emocional e social do ser humano. Conforme o preceituado no art. 208, § 2^o⁵, da Constituição Federal de 1988, a não inclusão de Educação, ou sua oferta irregular, acarreta na responsabilização da autoridade pública competente (BRASIL, 2011).

Além da previsão constitucional, Chesnais (1989) adiciona que a instrução tornou-se imperativo universal ao qual nenhum país pode fugir sem manchar sua imagem internacional. A coletividade não deve tolerar que o ensino obrigatório ofertado pelo Estado apresente-se desprovido de condições hábeis para a formação das crianças, adolescentes e jovens que detêm o direito de receber Educação formal que lhes propicie a formação, conforme o previsto na Carta Magna de 1988.

Os Tipos de Violência nas Escolas

Primeiramente, é importante fazer distinções conceituais como: indisciplina e violência. É importante bem demarcar as fronteiras para não cingir toda conduta na mesma categoria em vista de discursos midiáticos alarmantes de que “a Escola é violenta”. Assim, é necessário considerar uma definição de indisciplina de Silva (2004, p. 21), em que o termo é empregado para designar comportamentos contrários às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização.

Pesquisadores franceses desenvolveram uma distinção entre violência, transgressão e incivildade. O termo *violência* deve ser reservado ao que ataca

4 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

5 O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

a Lei com uso da força ou ameaça de usá-la, como as lesões, o tráfico de drogas na Escola, os insultos graves, etc. Diz respeito àqueles atos sociais que transgridem normas para os quais há previsão de uma sanção legal. Se há uma tipificação penal, é crime. Trata-se de “conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal” (MIRABETE; FABRINI, 2007, p. 82). Se a conduta delituosa é praticada por criança ou adolescente, trata-se de ato infracional⁶ (BRASIL, 1990) conforme previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A transgressão é o comportamento contrário ao Regulamento Interno do Estabelecimento, mas não é ilegal do ponto de vista da Lei, ou seja, uma conduta atípica. A incivildade, que não é contrária nem à Lei, nem ao Regimento Interno da Instituição de Ensino, ofende as regras da boa convivência, a dignidade de cada um, o direito de ser respeitado. Como assinala Castro (2010, p. 106), “as incivildades não parecem receber a devida atenção do Poder Público, como se permanecessem associadas à indisciplina, representando uma forma menos nociva de violência”.

Tal distinção entre violência, transgressão e incivildade é relevante para não mesclar tudo numa única categoria, além de designar diferentes lugares e formas de tratamento dos fenômenos, pois cada ato ou fato social desses demanda um tratamento diferenciado. Uma violência não depende de um tratamento disciplinar escolar, mas, sim, da polícia e da justiça. Uma transgressão deve ser tratada pelo Estabelecimento de Ensino e não se justifica acionar a polícia. A incivildade depende, essencialmente, de um tratamento educativo (CHARLOT, 2002). Parece haver uma crise de referência em que

Chama-se pela polícia, pela mediação da autoridade do Ministério Público, do Judiciário. Parece que os conflitos não podem mais ser tratados. Criminalizam-se condutas que antes eram indiferentes à grande Lei e tratadas pedagogicamente, com a mediação da autoridade escolar. O conceito de autoridade escolar parece estar em xeque. Vive-se a problemática derivada da falência de alguns modelos antigos sem que consigamos colocar outro tipo de contrato no lugar, de acordo, de um pacto que necessariamente envolva a paixão por um projeto que elimine a exclusão, promova o acesso

⁶ Art. 103 do ECA (Lei 8.069/90) - Considera-se ato infracional a conduta, descrita como crime ou contravenção penal.

irrestrito aos bens culturais que são de todos. Como construir um lugar de autoridade de forma a mediar os conflitos? (SCHILLING, 2010, p. 16).

É importante destacar que, por uma questão pedagógica e metodológica, os atos e comportamentos dos alunos foram divididos em indisciplina e violência. Destarte, toda e qualquer referência à indisciplina engloba condutas atinentes à transgressão e incivilidade, enquanto o termo *violência* será considerado para atos e comportamentos passíveis de serem enquadrados no Código Penal. Essa divisão das ocorrências trata-se de opção da autora pesquisadora, com base nos referenciais teóricos aludidos na presente pesquisa, já que nos registros de ocorrências escolares não constava tal divisão.

Segundo Debarbieux (2002, p. 65):

Em termos metodológicos, não deveríamos estar pesquisando a violência como um todo indivisível; deveríamos, pelo contrário, estarmos multiplicando os pontos de vista (os indicadores), o que nos traz de volta a um conceito que é inoperante devido a sua generalidade - e nós admitimos que a definição ampla gere esse problema. Os pesquisadores deveriam, simplesmente, explicar seus pontos de vista e suas escolhas, e demonstrar como seus resultados tornam mais legível essa realidade. Essa é a vantagem de acumular pontos de vista fragmentados, que giram em torno do assunto, construindo um conhecimento que é sempre temporário e que será substituído assim que surgirem novos indicadores e novas operações de pesquisa.

Apresentação e Análise dos Dados Coletados

Denominam-se as escolas pesquisadas Colégio 1, Colégio 2, Colégio 3 de Arapongas e Colégio 1, Colégio 2, Colégio 3 de Apucarana. Não se menciona o bairro de localização dos Colégios, assim como também se preserva a identificação dos sujeitos escolares. É limitação para garantir o sigilo e a integridade das pessoas e para cumprir os requisitos éticos a que os pesquisadores estão submetidos.

Constatam-se dificuldades no acesso aos registros de ocorrências, que não constituem um arquivo de fácil manuseio. A pedagoga de um período demonstra uma certa dificuldade em acessar registros de outro período e de

outra pedagoga, pois não é *práxis* um arquivo estabelecido de forma acessível à Direção, pedagogas e funcionários.

O Colégio 1 de Arapongas está localizado em área central, privilegiada, da cidade. Dos 1585 alunos, 22% vêm de bairros da região periférica usando o transporte público municipal. O referido Colégio dispõe dos livros de registros dos cinco anos pesquisados. Trata-se de Escola localizada em amplo terreno. O prédio tem fachadas frontais belíssimas, com plantas e arborização bem cuidadas. Realmente, não há quem passe por esse bairro e não aprecie a arquitetura do Colégio. Sempre muito bem apresentado e com aspecto agradável, possui no imaginário social a fama de ótima Escola.

É possível observar na tabela 1 que, ao longo dos cinco anos, as condutas de registros de indisciplina são em números bem superiores aos comportamentos de violência. Conforme se observa na tabela 1, no ano de 2012, tanto a indisciplina quanto a violência sofrem acréscimo. Pode-se verificar, através do gráfico 1, que o índice de registros de ocorrências de violência, em todos os anos, é sempre bem inferior aos de indisciplina. Para Abramovay e Rua (2002, p. 92), embora não seja na Escola que ocorram os fatos mais graves, esta passa por mudanças, e ficam óbvios os desvios sobre seu lugar nas representações sociais:

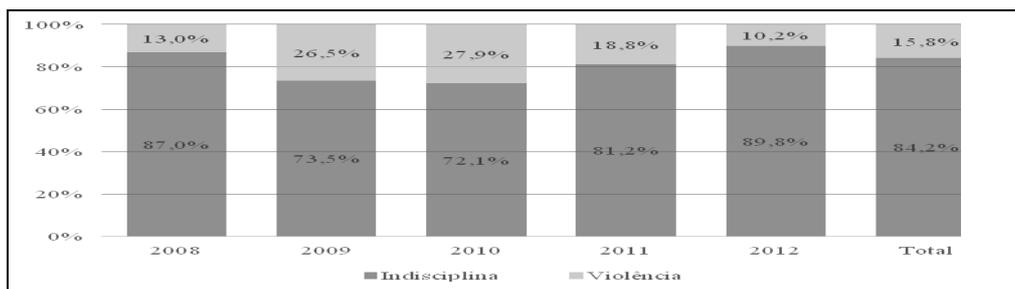
Mesmo que a violência nas escolas não se expresse em grandes números e apesar de não ser no ambiente escolar que acontecem os eventos mais violentos da sociedade, ainda assim, este é um fenômeno preocupante tanto pelas seqüelas que diretamente infligem aos atores partícipes e testemunhas como pelo que contribui para rupturas com a idéia da escola como lugar de conhecimento, de formação do ser e da educação, como veículo por excelência do exercício e aprendizagem, da ética e da comunicação por diálogo e, portanto, antítese da violência.

Tabela 1 - Número de Ocorrências Registradas no Colégio 1, Arapongas-PR - 2008-2012

Tipo de Ocorrência	Anos					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	
Indisciplina	167	111	44	56	333	711
Violência	25	40	17	13	38	133
Total	192	151	61	69	371	844

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pela autora (2013)

Gráfico 1 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio1 de Arapongas



Fonte: Autora.

O Colégio 1 apresenta no ápice o desinteresse, como o não realizar as atividades propostas, o tumultuar as aulas, o desrespeito ao professor e colegas, matar aula, retirar-se da sala sem permissão, usar celular na sala ou pátio. Quanto ao desinteresse dos alunos, é conveniente lembrar Morin (2011), que propõe a promoção de novas práticas pedagógicas em que se privilegie a construção de ensinamentos contextualizados e globalizados que façam conexão com a realidade do aluno, para a Escola fazer sentido para ele.

Quanto ao desrespeito ao outro, segundo Marra (2007) é um fato histórico, arraigado na sociedade nos processos de dominação, desde os tempos da colonização, através do domínio de uns sobre os outros, mas não mais grave que os processos de dominação implícita em formas aparentemente inofensivas de agir.

Na categoria violência, fenômenos explicitados de forma mais lesiva, passíveis de serem penalizados por lei, os registros de ocorrências são: agressões físicas, ameaças, dano ao patrimônio público, tráfico (somente um registro de ocorrência), uso de drogas (três registros), porte de arma, apologia às drogas, discriminação racial, *bullying* e furto. Para Chesnais (1989), esse tipo de conduta é que pode ser entendida como violência, pois, embora reconheça a variabilidade do conceito de violência, não aceita como tal qualquer ato que não atinja fisicamente o indivíduo, privando-o de saúde ou liberdade.

O Colégio 2 localiza-se em bairro periférico, a uma distância de um mil e quinhentos metros do centro da cidade. São 928 alunos, sendo 302 oriundos de outros bairros, e 28, da zona rural. As ruas são asfaltadas e arborizadas.

Apesar do progresso do bairro, a Escola ainda possui, no imaginário social, a fama de “Escola precária”. O visual não é atraente, e a arborização interna, que atribuía ao Colégio um aspecto agradável, foi cortada há uma década, para ser substituída por um jardim planejado, o que jamais aconteceu.

Com a expansão demográfica, vários conjuntos habitacionais foram surgindo nos arredores da cidade. A população que não possuía habitação própria adquiriu sua residência através de programas como Casa Popular, Minha Casa Minha Vida, etc.

A classe média descobriu o bairro como uma possibilidade próxima ao centro para aquisição de habitação e a população mais carente foi sendo empurrada para uma região mais periférica. No bairro, permaneceram as pessoas que possuem residência própria e os comerciantes. Nessa situação, é possível observar, como Rodrigues (2010) assinalou, ser comum encontrar uma ocupação, nas cidades médias, caracterizada pelo modelo núcleo-periferia. Em Arapongas, assim como em Maringá e em tantas outras cidades médias, o espaço intraurbano é majoritariamente polarizado, prevalecendo no centro as elites e camadas médias altas da população e, na periferia, as médias baixas e baixas camadas.

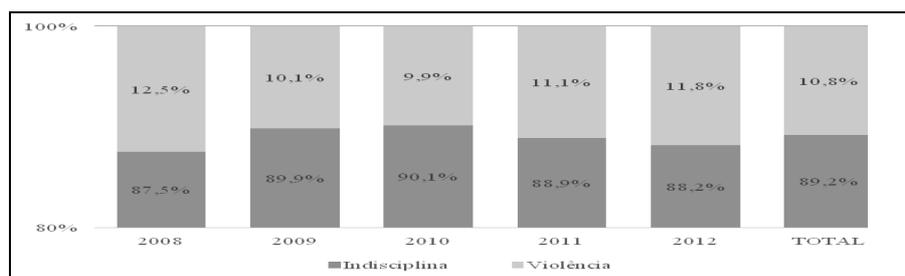
O Colégio apresenta índice de indisciplina mais elevado que os registros de violência (tabela 2). A porcentagem de violência é bem inferior à de indisciplina (gráfico2). A indisciplina é generalizada com transgressões e incivildades, tendo como condutas mais registradas o desinteresse pelas aulas, o desrespeito a colegas e professores, matar aula, uso do celular, não levar para a aula o material didático. Quanto à violência, em maior número é a agressão física, a ameaça, o dano ao patrimônio público, pequenos furtos, portar arma branca (quatro registros), denúncia anônima de portar arma de fogo (um registro), uso de drogas (três registros), denúncia anônima de tráfico (três registros).

Tabela 2 - Número de Ocorrências Registradas no Colégio 2, Arapongas-PR - 2008-2012

Tipo de Ocorrência	Anos					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	
Indisciplina	414	959	667	964	336	3.340
Violência	59	108	73	120	45	405
Total	473	1067	740	1084	381	3.745

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pela autora (2013)

Gráfico 2 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio 2 de Arapongas



Fonte: Autora.

Debarbieux (2002, p. 78), falando de pesquisas internacionais realizadas na Inglaterra e na França, revela que “as representações atuais, que mostram a escola como um forte sitiado, estão longe de ser verdade”. Também pesquisa nacional coaduna-se com tal interpretação, quando realizada em 2000 pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), concluiu que as unidades de ensino não vivem um quadro de violência generalizada e que comportamentos como ir à escola portando arma de fogo são bastante raros entre os estudantes paulistas (SPOSITO, 2001). No Colégio 2, ao longo dos 5 (cinco) anos pesquisados, foram registrados 4 (quatro) portes de arma branca e 01 (uma) denúncia anônima de porte de arma de fogo; não obstante tenha decorrido mais de uma década da realização das pesquisas do ILANUD e as pesquisas internacionais a que se refere Debarbieux, o quadro atual das escolas pesquisadas apresentam similaridade.

O Colégio 3 está localizado na zona periférica da cidade, a uma distância de aproximadamente cinco mil metros da região central. Os alunos são oriundos, prioritariamente, do próprio bairro e dos conjuntos habitacionais

circunvizinhos. Dos 784 alunos, apenas 21 utilizam o transporte municipal, sendo 20 urbanos e 01 rural.

A Direção e as Pedagogas mostraram-se bastante acessíveis a colaborar com a pesquisa, disponibilizando os registros de ocorrências, mas não obtiveram êxito na localização dos registros referentes ao ano de 2008.

No ano de 2009, o Colégio apresenta um baixo número de indisciplina e ainda menor de violência. Já no ano de 2010 sofrem ascensão a indisciplina e também os acontecimentos relacionados à violência, mantendo-se estável no ano de 2011. Sofre um vertiginoso avanço na indisciplina no ano de 2012 e ligeiro acríve nos registros de violência (tabela 3).

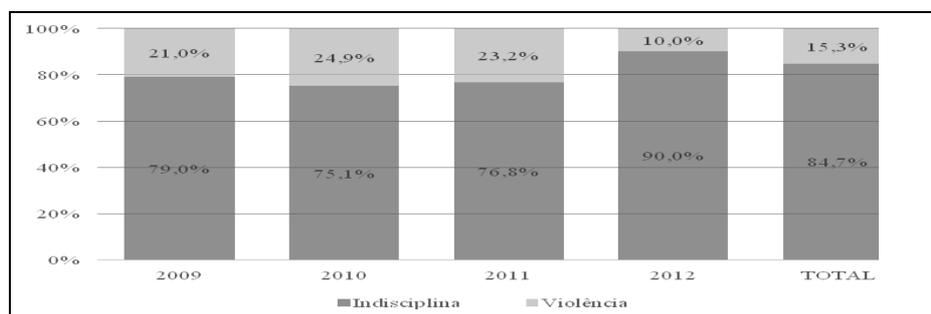
Tabela 3 - Número de Ocorrências Registradas no Colégio 3, Arapongas-PR - 2009-2012.

Tipo de Ocorrência	Anos				Total
	2009	2010	2011	2012	
Indisciplina	98	241	242	1.049	1.630
Violência	26	80	73	116	295
Total	124	321	315	1.165	1.925

OBS.: O Colégio não dispõe dos registros de ocorrências referente ao ano de 2008
Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pela autora (2013)

Apesar da ascensão da indisciplina ao longo dos quatro anos, o número de condutas violentas em relação às indisciplinadas quando computadas em termos de porcentagem, apresenta um índice bem inferior (gráfico 3).

Gráfico 3 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio 3 de Arapongas



Fonte: Autora.

O Colégio, como os demais, apresenta alto índice de condutas como desrespeito, tumultuar as aulas, matar aulas, retirar-se da sala sem autorização dos professores, atraso, usar celular na sala ou pátio e não usar

uniforme. Quanto às condutas delituosas, a agressão física também é a que apresenta maior número de ocorrências. Ocorrem através de brigas com tapas, socos, empurrões e pontapés.

O Colégio 1 de Apucarana está situado em área central e conta com 1800 alunos, sendo 530 oriundos de diversos bairros distantes do Colégio e usam o transporte urbano municipal, e 55, o transporte rural.

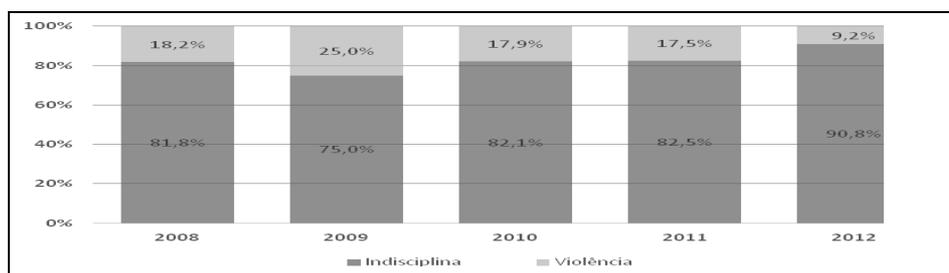
Nesse Colégio, a Pedagoga só poderia garantir a totalidade dos registros de ocorrências referentes ao ano de 2012. Os poucos registros dispersos encontrados dos anos anteriores não representavam a totalidade das ocorrências e ela não saberia informar o destino deles, se foram guardados ou descartados. A escola apresenta significativo número de ocorrências de indisciplina (tabela 4) no ano de 2012, enquanto o número de violência representa apenas 9,2% dos registros de ocorrências no ano (gráfico 4).

Tabela 4 - Número de ocorrências registradas no Colégio 1, Apucarana-PR - 2008-2012

Tipo de Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Indisciplina	9	9	23	85	744	870
Violência	2	3	5	18	75	103
Total	11	12	28	103	819	973

O Colégio não possui os registros de ocorrências de 2008 a 2011 na sua totalidade.
 Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pela autora (2013).

Gráfico 4 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio 1 de Apucarana



Fonte: Autora

As condutas mais gravosas, portanto violentas, são delitos como: agressão física, ameaça, injúria, dano ao patrimônio público, portar arma branca (dois registros de ocorrências) e uso de drogas (um registro de ocorrência). O Colégio apresenta-se assolado por transgressões e incivildades,

o que provoca a sensação de insegurança. No entanto, cabe aqui observar que são as condutas essencialmente delituosas (CHESNAIS, 1989), que atingem a vida, a saúde e a liberdade, que podem realmente ser chamadas de violência. A característica marcante da Escola é a indisciplina: não realizar as atividades escolares, tumultuar a aula, desinteresse pelas aulas, desrespeito a colegas e professores, matar aula, namorar nas dependências do Colégio, não levar material didático para aula e não usar o uniforme escolar.

O Colégio 2 de Apucarana está situado em bairro da periferia, a uma distância de dois mil e quinhentos metros da região central. Conta com 630 alunos, sendo que 64 são oriundos de bairros distantes e utilizam o transporte público municipal. A escola disponibilizou seus arquivos de registros de ocorrências; como o Colégio não dispunha dos registros de 2008 e 2009, a coleta de dados limitou-se ao período entre 2010 e 2012 (tabela 5).

Tabela 5 - Número de ocorrências registradas no Colégio 2, Apucarana-PR - 2010 a 2012.

Tipo de Ocorrência	2010	2011	2012	Total
Indisciplina	551	408	771	1730
Violência	20	10	33	63
Total	571	418	804	1793

O Colégio não dispõe dos registros de ocorrências dos anos de 2008 e 2009.

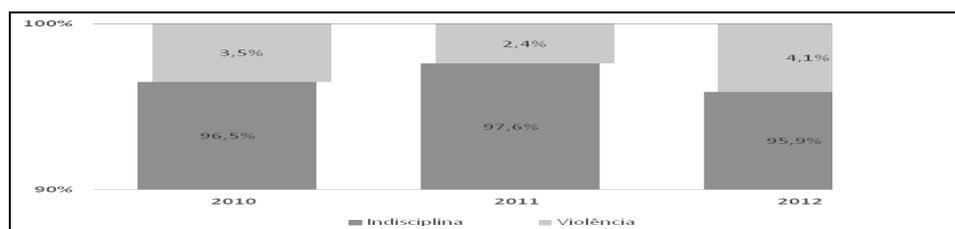
Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2013)

A característica marcante do Colégio é a indisciplina constituída em sua maioria de condutas como: tumultuar as aulas (a popular bagunça), desinteresse, desrespeito a colegas e professores, não realizar as atividades escolares propostas, usar celular e matar aula.

Nesse sentido, Laterman (2000) investigou duas Escolas em Florianópolis, marcadas por clima tenso nas relações diárias das interações e verificou que não é possível afirmar que as incivildades se somem ou se transformem, ao longo do tempo, em crimes, como se fossem uma gênese daqueles acontecimentos mais graves. No entanto, a pesquisadora esclarece que, sendo os limites da conduta antissocial ultrapassados, facilitam o indesejável avanço de tais condutas, bem como sinalizam para ausência de poder, seja da sociedade em geral, dos educadores, dos pais, dos valores que a isso se oponha.

Os dados evidenciam que as condutas violentas constituídas de agressão física, ameaça, dano ao patrimônio público, bullying, uso de drogas, discriminação racial e furto, conforme (gráfico 5) apresentam-se em percentagem bem menor.

Gráfico 5 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio 2 de Apucarana.



Fonte: Autora.

O Colégio 3 de Apucarana está localizado na zona norte da cidade, na periferia, a uma distância de oito mil metros da área central da cidade, e foi criado para atender a uma região que abrange sete conjuntos habitacionais com grande densidade populacional, bem próximos entre si, destinados a famílias de baixa renda.

O Colégio possui uma construção moderna, aconchegante e belíssima, com instalações adequadas para o bom funcionamento em tempo integral e atende a alunos do próprio bairro e adjacências, pois apenas 0,7% utilizam transporte escolar municipal. Teve início em 2010, com duas turmas de Ensino Médio e, no ano de 2011, com quatro turmas de Ensino Médio, o que justifica a quase ausência de ocorrências nesse período. No ano de 2012, além do Ensino Médio, teve início o Ensino Fundamental, em tempo integral.

Como ilustra a tabela 6, os registros de ocorrências que prevalecem são as condutas de indisciplina.

Tabela 6 - número de ocorrências registradas no Colégio 3, Apucarana-PR - 2010 a 2012

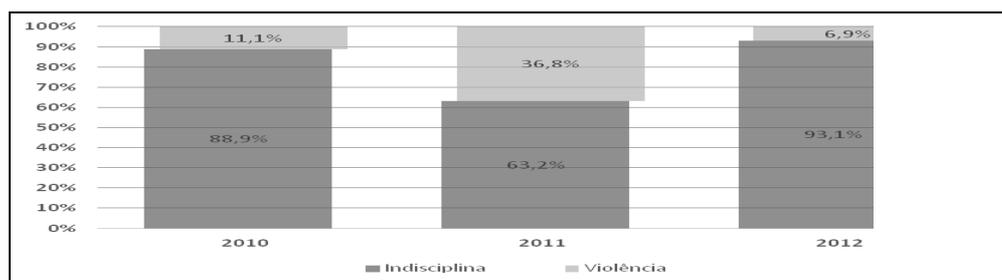
Tipo de Ocorrência	2010	2011	2012	Total
Indisciplina	8	12	889	909
Violência	1	7	66	74
Total	9	19	955	983

O Colégio teve início no ano de 2010, portanto não há registros de ocorrências referentes ao ano de 2008 e 2009.

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pela autora (2013)

Os comportamentos indisciplinados são desinteresse, tumultuar as aulas, desrespeito a colegas e professores, não realizar as atividades propostas, matar aula, não levar para aula o material didático. As condutas de violência são as ameaças e as agressões físicas e, conforme demonstra o gráfico 6, em percentagem bem inferior aos registros de indisciplina.

Gráfico 6 - Indicador de indisciplina e violência do Colégio 3 de Apucarana.



Fonte: Autora.

Abramovay e Rua (2002), em pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), apresentam como resultado majoritário, nas capitais Recife, Florianópolis, Porto Alegre, Belém e Goiânia, o desinteresse e a indisciplina dos alunos. As autoras chamam a atenção para a magnitude dos percentuais que atingem essas capitais, que se aproximam da unanimidade, já que oscilam entre 87% e 92%. Condutas como o desinteresse, o tumulto e o desrespeito permeiam o cotidiano das Escolas das capitais brasileiras, como nas Escolas pesquisadas de Apucarana e Arapongas, do interior do Paraná.

Em relação aos encaminhamentos dados pelas Escolas pesquisadas em Arapongas e Apucarana, por ocasião do registro das ocorrências, há certa similaridade nas providências tomadas: advertência verbal e/ou escrita, suspensão, convocação dos pais ou responsáveis, reuniões com alunos, pais e professores, acionar o Conselho Escolar, encaminhamento ao Conselho Tutelar e acionar a Patrulha Escolar Comunitária (PEC).

A população clama por ações repressivas diante da forma sensacionalista com que a mídia divulga os acontecimentos, criando a sensação de que a violência urbana adentrou a Escola de forma inexorável. Para Chesnais (1981 apud MIYAHARA, 2002, p. 112), a violência dos alunos, da maneira como é

veiculada pela mídia, pode ser entendida como rumor excessivo e existência de certa manipulação de dados pela imprensa pública que acabam transformando a “insegurança fantasmática em fobia social”. Essa violência desperta preocupação e apresenta contornos e modos específicos de manifestação no âmbito escolar.

Quanto ao comportamento e aos atos praticados pelos alunos no espaço escolar nas seis Unidades Escolares pesquisadas, tanto em espaços abertos quanto em situações de classe, grande parte dessas condutas constitui as incivildades, que, para Viscardi (1999), são uma crise de convivência, uma dificuldade para socializar os jovens no marco dos valores que a Escola tem por objetivo inculcar.

O desinteresse dos alunos em relação às aulas, de forma generalizada nos Colégios pesquisados, escancara uma arena em que os atores escolares que nela atuam como docentes precisam rever suas práticas pedagógicas e atuar com dinâmicas condizentes com novos tempos, em que, como Morin (2009) assinala, a incompreensão permanece geral. Assim, é premente que a Educação promova a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Nas seis Escolas pesquisadas aparecem, de forma repetitiva, ocorrências como desinteresse, costume de tumultuar a aula com conversas durante as explicações, não realizar as tarefas escolares e desrespeito a professores e colegas. Outra ocorrência comum é gazejar aula. Observa-se que tais ocorrências são as incivildades que se repetem e que Debarbieux (2002) e Charlot (2002) consideram como núcleo da violência que assola as Escolas, gerando um clima de insegurança na ambiência escolar. Essas microviolências cotidianas prejudicam a aprendizagem e vulnerabilizam a confiança e a esperança de quem trabalha com a educação.

Embora a violência na Escola não seja um fenômeno tão novo, assumiu novas formas. A violência *stricto sensu*, como homicídios, estupros e agressões com armas, são casos raros, veiculados na mídia, que provocam a sensação de que não há limite e que tudo pode acontecer na Escola a qualquer momento, diante dos episódios noticiados ocorridos tanto no Brasil como no exterior. Esse tipo de ocorrência não apresenta registros nas Escolas pesquisadas. Já os

ataques, desrespeitos e insultos a professores não são raros, mostrando que o limite parece ter sido transposto, o que faz crescer a angústia social (CHARLOT, 2002). Embora os fatos tipificados como graves sejam raros, o que ocorre no cotidiano das Escolas, como as transgressões e incivildades, não são violência em si mesmas, mas sua acumulação produz sensação de falta de controle e instabilidade social:

Por exemplo, o conjunto de condutas indisciplinadas que sempre aconteceram nas escolas passou a ser interpretado e classificado como violências, elevando diversidade de condutas desviantes a essa condição e segregando os alunos antes tidos como indisciplinados na categoria mais temida, segregadora e estigmatizante de violentos. (ARROYO, 2007, p. 789).

Quanto às características gerais observadas nas ocorrências das Escolas pesquisadas, o “tumultuar as aulas”, entendendo aqui a popular “bagunça” dos alunos, é interessante trazer à baila o trabalho de Gonzalo Saraví a respeito da segregação urbana, sociabilidade e Escola na Cidade do México, em que o autor concentra a análise nas experiências e sentidos associados à escola:

O tédio aparece sempre no relato dos jovens associado à “bagunça”. Porém, a bagunça não é só divertimento. A “bagunça” pode ser às vezes divertida, mas, na verdade, a essência da bagunça reflete abertamente a ausência de sentido da escola. Ou seja, em vez de serem opostos, o tédio e a bagunça são duas formas de expressar um mesmo estado de espírito; enquanto o tédio expressa a ausência de sentido partindo da passividade, a bagunça é sua expressão através da ação, do fazer. A bagunça é contestar e tirar a autoridade dos professores, é se ausentar das aulas, não entregar os deveres, divertir-se com os amigos durante o horário das aulas etc. (SARAVÍ, 2008, p. 208).

Considerações finais

A educação é o meio capaz de proporcionar ao ser humano os instrumentos que favorecem o desenvolvimento necessário para reduzir as desigualdades, dignificando o cidadão, aumentando os horizontes e as opções intelectuais e laborais dos indivíduos. Daí a importância do estudo dos eventos que maculam a Instituição de Ensino. A coleta de dados realizada nos registros

de ocorrências possibilitou detectar a dimensão dos atos e comportamentos relacionados à violência ocorridos nos últimos anos. Tanto a indisciplina como o ato infracional transitam nas seis escolas pesquisadas. No entanto, é o ato indisciplinar, constituído pelas transgressões e incivildades, que inunda o cotidiano escolar, denotando a sensação de falta de limites. Independente de a escola estar localizada em região central ou bairro da periferia, são as condutas indisciplinadas que prevalecem.

A rotina da Escola é prejudicada pela prática das incivildades que, conforme Sposito (2001), sinalizariam, além da crise da eficácia socializadora da Escola, também um conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência escolar e as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para evitar tais condutas.

À luz dos dados coletados nas escolas nos registros de ocorrências, é possível afirmar que, mesmo com alto número de indisciplina, não é possível dizer que essas escolas são violentas, pois das situações de contato com as normas escolares emergem reações agressivas, atos e comportamentos como expressão da negação a se subordinar às regras institucionais. As condutas registradas mais gravosas que encontram tipificação no Código Penal são, em sua maioria, agressão física e ameaça, e não há sequer um registro de que tais agressões tenham ultrapassado tapas, socos e pontapés. Não há aqui o intuito de subestimar tais comportamentos como menos nefastos, pois a junção deles e, principalmente, a repetitividade, geram clima de insegurança e prejuízo físico, psicológico, emocional e intelectual aos personagens envolvidos e também àqueles que compartilham da ambiência escolar e dependem da higidez salutar escolar para avanço na aprendizagem.

Observa-se, nas seis Escolas pesquisadas, uma indisciplina generalizada, sendo o desrespeito aos colegas e professores, o tumulto e o desinteresse pelas aulas e o descumprimento das normas regimentais as ocorrências mais comuns, enquanto ocorrências mais graves são eventuais. A falta de respeito com o outro demonstra que a noção de direitos e deveres não se coaduna com a rotina escolar, e o que deveria ser uma regra disciplinar para que se possam cumprir as atividades diárias, a escola não tem dado conta de estabelecer. E quando a Escola não atinge seu objetivo, que é a formação plena prevista

constitucionalmente, o Poder Público pode ser responsabilizado. Então, cabe ao Estado promover mecanismos hábeis para a formação intelectual, moral, cultural e social do indivíduo, pois não basta oferecer a Educação formal, deixando a tarefa do desenvolvimento integral da pessoa à família e à sociedade, muitas vezes despreparadas para o encargo. O Estado não pode abster-se de prestações positivas para uma assistência efetiva, de maneira que o indivíduo receba uma formação integral.

O modelo incrementado de programas de Políticas Públicas mostra-se pouco compatível com as necessidades de mudança. Apresenta um viés de tradição pedagógico fortemente arraigado no cotidiano escolar conservador: registros repetitivos de ocorrências de condutas transgressoras e incivilizadas e, diante de conflitos tendenciosos a maior gravidade, a Patrulha Escolar Comunitária é acionada. Um mesmo aluno chega a possuir dezenas de registros de ocorrências repetidamente, como: não fez tarefas, desinteresse pelas aulas, usando celular, etc. Ratificar tais condutas negativas em registros contínuos de ocorrências é acentuar traços de indisciplina que não parecem corrigir os comportamentos. Há um pressuposto de culpabilidade diante dos registros de tais condutas, bem a contento do direito penal do inimigo, já que a regra deveria ser a presunção de inocência ou quiçá a presunção de que os meios empregados não viabilizam efeitos de poder contínuos e duradouros e não promovem a formação crítica de sujeitos, além de indicarem a urgência de práticas pedagógicas condizentes com a realidade em que a escola tem um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Se a Escola é *locus* de violência, como por vezes aponta a mídia, através de casos eventuais, os dados apontados nessa pesquisa não indicam essa violência *stricto sensu* veiculada e pressuposta pela coletividade, mas, sim, a exacerbação de comportamentos indisciplinados, constituídos por transgressões às normas estabelecidas pela Escola, e as incivilidades, pelo desvirtuamento das regras da boa educação e respeito ao próximo.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas: revisitando a literatura. In: _____ (Coord.). *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002. p. 67-94.
- ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré, 2002. v. 4, p. 267-307.
- AQUINO, Julio Groppa. A violência escolar e a crise de autoridade docente. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 47, p. 7-19, dez. 1998.
- ARROYO, Miguel Gonzales. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, out. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. *Escritos de educação*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 38-64.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 13. ed. São Paulo: RT, 2011.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 11 out. 2011.
- CASTRO, Rebeca de. Incivildades: a violência invisível na escola. *Polêmica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 105-113, abr./jun. 2010.
- CHARLOT, Bernard. A violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.
- CHESNAIS, Jean Claude. *A vingança do terceiro mundo*. Tradução de A. Bastos. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- DEBARBIEUX, Eric. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002. p. 59-87.
- FUKUI, Lia. Segurança nas escolas. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 103-124.
- LATERMAN, Ilana. *Violência e incivildade na escola*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- LOPES, Claudivan Sanches; GASPARIN, João Luiz. Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 295-304, 2003.

- MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. *Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato. *Manual de direito penal: parte geral*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1.
- MIYAHARA, Rosemary Peres. Violência nas escolas. In: FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. (Org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. 4. ed. São Paulo: Agora, 2002. p. 107-113.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RODRIGUES, Ana Lucia. Maringá metropolitana: uma arena de desigualdades regionais. In: DOURADO, Simone da Costa; PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar (Org.). *Teorias e pesquisas em ciências sociais*. Maringá: EDUEM, 2010. p. 133-151.
- SARAVÍ, Gonzalo. Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (Org.). *A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Tradução de Jacob J. Pierce e João Vicente Ganzarolli de Oliveira. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008. p. 180-222.
- SCHILLING, Flávia. Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Enfrentamento à violência na escola*. Curitiba, 2010. p. 13-17. (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. 8).
- SILVA, Nelson Pedro. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.
- VISCARDI, Nilia. *Violência no espaço escolar: práticas e representações*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Recebido em: 15/03/2015
Aceito em: 20/07/2015